

**ATA DA 31ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS
REALIZADA NO MINI-AUDITÓRIO DA CODEVASF.**

Data: 11/02/2004

Início: 10:00 h – Término: 17:00 h

MEMBROS PARTICIPANTES:

1 – Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT

Dr. Sanderson Alberto Medeiros Leitão (samleitao@mct.gov.br)

2 – Ministério do Meio Ambiente - MMA - SRH

Dr.^a Francis Priscilla Vargas Hager (fpriscilla@cnrh-srh.gov.br)

3 – Ministério da Saúde - MS

Dr.^a Maria Fernanda N. Bittencourt (maria.bittencourt@funasa.gov.br)

4 – Ministério de Minas e Energia - MME

Dr. Marcelo Jorge Medeiros (marcelo@df.cprm.gov.br)

5 – Ministério do Meio Ambiente – MMA - ANA

Dr. Fernando Roberto de Oliveira (fernando@ana.gov.br)

6 – Ministério da Defesa - MD

Dr. Jolival Antônio da Silva Júnior (jolival@dec.eb.mil.br)

7 – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA

Ausência

8 – Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Minas Gerais/Espírito Santo

Dr.^a Maria Luiza Silva Ramos (malu@igam.mg.gov.br)

9 – Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Goiás/Distrito Federal

Dr. Luiz Antonio Barbosa (luisgeo@ig.com.br)

10 – Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Rio Grande do Norte/Alagoas

Dr.^a Vera Lucia Lopes de Castro (veracastro@rn.gov.br) (vcastro.nat@terra.com.br)

11 – Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Paraná/Mato Grosso

Dr. Edson Nunes (direh@fema.mt.gov.br)

12 – Conselho Estadual de Recursos Hídricos – São Paulo/Rio de Janeiro

Dr. Elcio Linhares Silveira (elciols@uol.com.br)

13 – Prestadores de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário

Dr. João Carlos Simanke de Souza (jsimanke@sabesp.com.br) (jsimanke@terra.com.br)

14 – Indústrias

Dr. César Augusto Paulino Grandchamp (cpg@mbr.com.br)

15 – Pescadores e Usuários da Água para o Lazer e Turismo

Ausência

16 – Comitês, Consórcios e Associação Intermunicipal das Bacias

Dr. Osmar José Gualdi (comite@recursoshidricos.sp.gov.br)

17 – Organizações não Governamentais

Ausência.

CONVIDADOS:

Dr. Márcio Rodrigues Corrêa (mcorrea@cemig.com.br)

Dr.^a Mariely Helena Barbosa Daniel (mariely.daniel@funasa.gov.br)

Dr. Jair Bernardes da Silva (brasil@assem-ae.org.br)

Dr. Rogério Barion (rogerio.barion@mma.gov.br)

Dr. Roberto Alves Monteiro (roberto.monteiro@mma.gov.br)

Dr. Roberto Ventura Santos (roberto.santos@mme.gov.br)

Dr.^a Cristina Campos Esteves (cristinaesteves@hotmail.com)

Dr. Fabrício Bueno da Fonseca Cardoso

Dr. Francisco Antonio Braga Rolim (mineral@terra.com.br)

Dr.^a Ana Salett Pereira Marques (anasalett@dnpm.gov.br)

Dr. Emanuel Teixeira de Queiroz (emanuel@dnpm.gov.br)

Dr. Wilson de Azevedo Filho (wil.filho@terra.com.br)

Dr.^a Dorothy Casarini (dorothy@cetesb.sp.gov.br) (gss@cetesb.sp.gov.br)

RELATOR:

Sebastião Domingos de Oliveira (sebastiao.oliveira@mma.gov.br)

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

Dando início a reunião o Presidente cumprimentou os presentes, solicitou que fosse feita a auto apresentação e apresentou a todos o geólogo Sebastião Domingos de Oliveira como o novo relator da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas – CTAS; em seguida, Dr. Simanke solicitou que o Dr. João Bosco Senra, Secretário da Secretaria de Recursos Hídricos - SRH, se manifestasse. O mesmo agradeceu e dando boas vindas a todos, apresentou os novos gerentes da Diretoria de Projetos e Articulação - DPA, da SRH: Dr. Weber de Avelar Silva, da Gerência do Projeto de Apoio ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH e o Dr. Renato Saraiva Ferreira, da Gerência do Projeto de Conservação, Uso Racional e Qualidade das Águas. Foi colocada em discussão a ata da 30ª reunião a qual, após as retificações propostas pelas Dr.^a Dorothy, foi aprovada. Foi decidido encaminhar um ofício da CTAS ao Coordenador do GT da resolução CONAMA Nº 20/86, no sentido de **oficializar** a inclusão da expressão **superficial** logo após o termo “corpo hídrico” no **art. 2º alínea “P” da Resolução CONAMA Nº 20/86**, de forma a ficar bem caracterizado que as águas subterrâneas não serão consideradas **“corpo receptor”**, **não podendo** portanto, receber lançamento de efluentes. Nos comunicados da presidência, o Dr. Simanke discorreu sobre a necessidade de se alcançar objetivos específicos, no sentido de se produzir **moções e resoluções**; Dr.^a Dorothy destacou a importância de se buscar um maior relacionamento oficial com as Câmaras Técnicas de Águas Subterrâneas Estaduais; o Dr. Elcio colocou, que quando não houver Câmaras Técnicas de Águas Subterrâneas nos Estados, que se procure articular e incentivar sua criação com os órgãos gestores dos recursos hídricos estaduais; o Dr. César Augusto destacou também a necessidade de articulação com os usuários, já que as demandas do setor hídrico, normalmente se iniciam na sociedade civil organizada; Dr. Sanderson explicitou que a CTAS deve ter uma atitude pró-ativa de ir até os Estados, a Dr.^a Vera e Dr. Jair colocaram que nem todos Estados têm CTAS, e que, naquele Estado em que não tiver CT, que se fomente a criação destas, de acordo com as suas necessidades, pois há uma carência de se levar até os Estados os resultados das reuniões e ações desenvolvidas pela CTAS. Dando prosseguimento, passou-se ao item seguinte da pauta que tratava da eleição do Presidente, tendo sido proposto que o Dr. Simanke se candidatasse a reeleição, o qual aceitou. Não havendo outro candidato foi procedida a votação e o Dr. Simanke foi reeleito por unanimidade. Em seguida o Presidente discorreu sobre a importância de se elaborar um calendário das futuras reuniões da CTAS no ano de 2004. A Dr.^a Vera ficou de oficializar a solicitação do Conselho Estadual do Rio Grande do Norte para que a reunião da CTAS do mês de abril fosse realizada em Natal, em data a ser confirmada. Da mesma forma o Dr. Simanke trouxe o convite da ABAS para que a reunião da CTAS dos dias 20 e 21 do mês de outubro fosse realizada na cidade de Cuiabá - MT, devido ao fato de ali estar sendo realizado o XIII Congresso Brasileiro de Águas Subterrâneas, solicitações estas que foram bem recebidas por todos os membros e convidados. Ficou decidido que a próxima reunião será no dia 17 de março, em Brasília-DF, das 9:00 h às 17:00 h. Com relação ao item da pauta que trata da classificação das águas subterrâneas, a Dr.^a Dorothy ressaltou que no sistema de classificação da resolução CONAMA Nº 20/86 estaria relacionada somente a qualidade da água e que existe um consenso na CTAS que a classificação da água baseada somente na qualidade não é suficiente para que haja uma boa gestão dos recursos hídricos no país. Apresentou um resumo comparativo entre a classificação da resolução do CONAMA 20/86 e os critérios internacionais, critérios estes que se baseiam também na qualidade. No caso das águas subterrâneas, segundo a Dr.^a Dorothy, as condições hidrogeológicas importantes são a vulnerabilidade e usos preponderantes. Dr. Roberto Monteiro concordou que a classificação da água pela resolução CONAMA 20/86, sem outros instrumentos de gestão, não é suficiente para o gerenciamento dos recursos hídricos no país, Dr.^a Maria Luiza se manifestou a respeito do assunto, dizendo que há uma premência de se trabalhar uma classificação com bases técnicas conceituais e critérios onde a questão das definições devem ser pragmáticas e que, na ausência de uma lei nacional, precisariam ser criados outros instrumentos, ou seja, elaborar resolução para dar base técnica à classificação de águas subterrâneas.

Dr. Élcio destacou que um aquífero de fins múltiplos é passível de ser outorgado e tem que ser analisado com base em vários critérios e não só o da qualidade. Dr. Jair ficou de trazer oficialmente para a próxima reunião uma solicitação da ASSEMAE, no sentido de se criar uma resolução específica para elaborar cartilha sobre uso de águas subterrâneas. Com relação ao item “classificação” deliberou-se pela continuidade da discussão em reuniões posteriores. O foco principal, nas próximas reuniões, será concretizar os trabalhos voltados para a definição da resolução que está sendo elaborada pelo GT de águas minerais/águas subterrâneas. Pronunciaram-se ainda sobre o assunto as Dras. Priscilla e Vera e os Drs. Rogério, Márcio, Roberto Monteiro e Edson Nunes; Com relação ao último item da pauta o Dr. Emanuel fez uma análise da evolução das discussões no âmbito do GT Águas Minerais, tendo salientado alguns pontos de divergências, no Grupo, quanto à legalidade jurídica de determinadas competências atribuídas ao órgão gestor de recursos hídricos que estão sendo consideradas na proposta de resolução, a exemplo dos atos “Manifestação Prévia” e “Outorga de Direito de Uso”. Destacou que tais competências carecem de amparo legal, no entendimento das procuradorias jurídicas do MME e DNPM, portanto não deviam ser consideradas na resolução., Argumentou que existindo o decreto de lavra concedido pelo DNPM, torna-se desnecessária a outorga de direito de uso, como já havia sido acordado na primeira reunião do GT. Ou seja a Portaria de Lavra com definição da vazão aprovada pelo DNPM seria registrada e considerada no órgão gestor de recursos hídricos como a outorga de direito de uso. Falou também da importância da resolução em possibilitar a integração do DNPM com os órgãos gestores de recursos hídricos, porém enfatizou que não adianta discutir no GT questões que ferem a legislação, podendo gerar conflitos jurídicos no futuro e finalizou solicitando para que os trabalhos fossem conduzidos no Grupo buscando o entendimento dentro do princípio do ato legal e perfeito Dr. Simanke colocou que deveria ser procurado o entendimento institucional. Dr. Edson ponderou que a legislação permite que os Comitês de Bacias definem o destino que deve se dar o uso múltiplo da água. Dr. Roberto Monteiro defendeu a proposta de que o GT deverá estar voltado para traçar as macrodireções e diretrizes específicas para que a CTAS encaminhe ao CNRH propostas de resoluções para se criar uma legislação mais ampla no sentido de harmonizar as competências de cada órgão responsável pela gestão dos recursos hídricos em suas respectivas regiões. Dr. Wilson reforçou a idéia da necessidade de que haja uma diretriz clara para o setor de águas subterrâneas. Dr.^a Maria Luiza comentou que existe uma lacuna na legislação, devido ao fato de que a água mineral é água subterrânea, defendendo a elaboração da resolução do GT de águas minerais, para que seja encaminhada a CTIL. Dr. Simanke destacou a impossibilidade de se ignorar a legislação existente e que a proposta da resolução que sairá do GT deverá apresentar a forma de fazer uma integração de procedimentos para encaminhar ao fórum jurídico do CNRH, ou seja, a CTIL, para definição da proposta de resolução a ser encaminhada ao plenário do CNRH. Ficou deliberado que as reuniões do GT de águas minerais serão realizadas em conjunto com as reuniões da CTAS e no mesmo dia e horário. No item assuntos gerais, a Dr.^a Maria Luiza fez um relato dos desdobramentos da 27^a Reunião realizada pela CTAS na cidade de São Lourenço – MG, no dia 21 de agosto de 2003, onde a gestão integrada dos órgãos responsáveis pelos recursos hídricos no Estado de Minas Gerais, DNPM e a sociedade civil organizada se juntaram de forma associativa e negociaram a execução de um novo plano de gerenciamento participativo do poço Primavera e negociaram também a paralisação da exploração do Poço Primavera explorado pela Nestlé, que comercializa a água mineral adicionada de sais, denominada PURELIFE, dentro dos limites do manifesto de mina para águas minerais da empresa São Lourenço, acabando assim com o processo onde a empresa desmineralizava a água, com um posterior adicionamento de sais. Dr. Simanke, lembrou que a próxima reunião da CTAS será no dia 17 de março de 2004. Nada mais havendo a tratar o Presidente deu por encerrada a reunião.

João Carlos Simanke de Souza
Presidente

Sebastião Domingos de Oliveira
Relator